

Carta dos Editores

Em seu primeiro número, *Meridiano 47 – Boletim de Análise da Conjuntura Internacional*, traz artigos que versam sobre temas diversos, alguns claramente associados às prioridades da política externa brasileira, outros não tanto. Queremos com isso, por um lado, informar nossos leitores a respeito de fenômenos importantes, quase urgentes, para a inserção internacional de nosso país. Por outro lado, queremos também despertar-lhes a atenção para processos que ocorrem em áreas temáticas e geográficas aparentemente distantes de nossos interesses no plano internacional.

Aos autores da presente edição foi oferecido o desafio de ultrapassarem a simples exposição dos argumentos favoráveis e desfavoráveis a aspectos específicos a esses fenômenos. Pedimos-lhes que levantassem questões, que provocassem o debate e que acaso apontassem soluções para problemas relacionados direta ou indiretamente à inserção internacional do Brasil.

Assim, o número de estréia de *Meridiano 47* trata especialmente da inserção do Brasil na economia internacional. Alcides Costa Vaz discute o relançamento do Mercosul, já decidido pelos governos dos países do bloco, ressaltando a oposição de setores específicos nas principais economias e apontando prováveis ganhos associados a este relançamento. Ainda sobre o plano regional, Virgílio Caixeta Arraes informa-nos a respeito das dificuldades inerentes à consolidação democrática de diversos países na América do Sul. Carlos Roberto Pio da Costa Filho analisa o grau de abertura da economia brasileira, debatendo as interpretações apressadas acerca da natureza supostamente neoliberal das políticas governamentais em curso. Na seqüência, ao discutir características reais e abordagens teóricas do atual sistema internacional, Antonio Jorge Ramalho da Rocha contesta a hipótese de que o aumento de foros políticos no plano internacional poderia, por si só, promover maior equilíbrio e previsibilidade na regulação das relações internacionais contemporâneas. Pio Penna Filho analisa as dificuldades enfrentadas pela África sub-sahariana ao final da Guerra Fria, destacando o movimento de “renascimento da África” e a liderança demonstrada pelo governo sul-africano nos últimos anos. Por seu turno, Paulo Antônio Pereira Pinto aponta a carência de estudos prospectivos, no Brasil, a respeito da Ásia – Pacífico, região em que se ora redefinem, a um só tempo e de maneira profunda, espaços econômicos e articulações políticas.



ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de
Conjuntura em Relações
Internacionais

Nº 1
Julho – 2000



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**MERIDIANO 47
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SOB O PRISMA DE BRASÍLIA**
*Antônio Jorge Ramalho da Rocha
Antônio Carlos Lessa*

**O RELANÇAMENTO DO
MERCOSUL**
Alcides Costa Vaz

**AMÉRICA LATINA INQUIETA:
A QUESTÃO PARAGUAIA**
Virgílio Caixeta Arraes

**AFRICAN RENAISSANCE
E A POLÍTICA EXTERNA
SUL-AFRICANA**
Pio Penna Filho

**PODER E AUTORIDADE EM
TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO**
Antonio Jorge Ramalho da Rocha

BRASIL, ECONOMIA ABERTA?
Carlos Roberto Pio da Costa Filho

**ÁSIA-PACÍFICO – DINÂMICA
PRÓPRIA E FORTALECIMENTO
DA CIDADANIA.**
Paulo Antônio Pereira Pinto

Meridiano 47: Relações Internacionais sob o prisma de Brasília

Antônio Jorge Ramalho da Rocha
Antônio Carlos Lessa

Entre as profundas transformações por que vem passando a sociedade brasileira nos últimos anos, destaca-se a difusão da consciência, entre atores em diferentes estratos da sociedade, da necessidade de pensar a inserção internacional do Brasil. É certo que o aprofundamento do MERCOSUL e as “crises” a ele associadas, bem como o impacto dos fluxos de capital sobre o desempenho econômico do país, contribuíram para essa conscientização. Uma evidência dessa maior

preocupação dos brasileiros com temas relacionados ao campo internacional salta aos olhos: a recente criação de grande número de centros de pesquisa e ensino e a consolidação dos primeiros catálogos editoriais integralmente dedicados ao campo de estudo das relações internacionais. Este aumento quantitativo é muito bem visto pelos que atuam na área há muitos anos, uma vez que encerra promessas de contribuições para a reflexão sobre novas áreas de estudo e sobre novas maneiras de pensar a política exterior do Brasil.

Com o objetivo de contribuir para a consolidação do debate sobre temas afetos aos desafios da inserção internacional do Brasil contemporâneo, o *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI*, instituição decana da reflexão especializada no país, constituiu *Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*, veículo de periodicidade mensal que publicará análises sobre temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Mais do que tratar

“...seu principal objetivo é o de congregar a comunidade brasileira de relações internacionais em torno da oferta pública e gratuita de serviços de informação e de pesquisa...”

com rigor esses temas, ou sobre eles produzir material acadêmico altamente especializado, *Meridiano 47* tem como objetivo difundir o debate, produzir idéias originais e identificar problemas relevantes a que os especialistas e os formuladores de políticas não estejam dedicando atenção merecida.

Meridiano 47 é uma homenagem que o *IBRI* faz a Brasília (cidade cortada por aquela linha), onde está funcionando desde 1993, com o que renova o seu compromisso permanente

com a análise de alto nível na área de relações internacionais, há muito firmado com a publicação ininterrupta da *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*, que desde 1958 é testemunha – e muitas vezes veículo preferencial – dos movimentos intelectuais e políticos que renovaram a ação internacional do Brasil, assumindo desde logo um papel de relevo na cultura política e acadêmica do país.

Veiculado exclusivamente em *RelNet* - Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais, iniciativa conjunta do REL-UnB e da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (FUNAG-MRE), o boletim *Meridiano 47* é uma publicação inteiramente digital. A exemplo das demais publicações da *RelNet*, seu principal objetivo é o de congregar a comunidade brasileira de relações internacionais em torno da oferta pública e gratuita de serviços de informação e de pesquisa (disponível em <http://www.relnet.com.br>).

O Relançamento do Mercosul

Alcides Costa Vaz *

Reunidos em Buenos Aires nos primeiros dias de maio, os Ministros de Relações Exteriores, Economia e Defesa do Brasil e da Argentina acordaram uma série de medidas visando revigorar e redirecionar o processo de integração do Mercado Comum do Sul, segundo o espírito da proposta do Presidente Fernando de La Rúa, quando ainda candidato presidencial, de relançar o bloco econômico. A proposta e as iniciativas recém definidas possuem como pano de fundo, primeiramente, o vácuo na implementação das medidas acordadas em dezembro de 1994 — que conformariam a etapa de consolidação da união aduaneira —, inscritas na

Agenda 2000, tal como se tornou conhecida. Em segundo lugar, há que se referir aos avanços das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que também, desde a Cúpula de Miami, quando foi formalmente proposta, passou a representar talvez o mais importante fator de pressão sobre o Mercosul no sentido de demovê-lo da inércia que marcou sua evolução a partir da assinatura do Protocolo de Ouro Preto. Em terceiro lugar, cabe destacar os recorrentes conflitos comerciais entre Brasil e Argentina, significativamente agudizados por conjunturas econômicas desfavoráveis em ambos países, sobretudo a partir do segundo semestre de 1998 quando as economias dos dois principais parceiros do Mercosul se viram alcançadas pela crise financeira que já havia assolado outras economias ditas emergentes mesmo no até então próspero sudeste asiático, além da Rússia, culminando com a desvalorização cambial no início de 1999 no Brasil e com o quadro recessivo da economia argentina que perdurou ao longo de todo aquele ano.

“Frente a esses problemas e desafios, Brasil e Argentina confrontam a necessidade de revitalizar o processo de integração e de imprimir-lhe um novo direcionamento estratégico”

Em tal contexto, os conflitos comerciais assumiram grande poder de contaminação, colocando em perspectiva, para muitos, até mesmo a dissolução do próprio bloco. Mesmo admitindo o óbvio exagero de tal idéia, é preciso considerar que a credibilidade do Mercosul se viu comprometida

interna e externamente pelos contenciosos comerciais entre Brasil e Argentina, os quais estavam lastreados, para o primeiro, na ineficiência de vários setores produtivos argentinos que não souberam tirar proveito do tratamento diferenciado que lhes foi concedido temporariamente e que expirou ao final de 1998; para o segundo, as desavenças

estavam relacionadas antes de mais nada, à competitividade tida como espúria que a desvalorização cambial conferia às exportações brasileiras no mercado argentino.

Frente a esses problemas e desafios, Brasil e Argentina confrontam a necessidade de revitalizar o processo de integração e de imprimir-lhe um novo direcionamento estratégico que se desdobra, segundo se apreende do que foi anunciado em Buenos Aires, em três vertentes: a primeira relaciona-se à própria agenda intra-Mercosul com o envolvimento de temas voltados para a consolidação da união aduaneira, mas que também ultrapassem o domínio comercial e sinalizem uma nova transição, desta vez para o estágio de mercado comum, objetivo nominal do Tratado de Assunção, para o que se pretende, em um primeiro momento, estabelecer parâmetros comuns e harmonizar indicadores com vistas à coordenação de políticas econômicas no bloco. A segunda vertente contempla as relações externas do Mercosul em âmbito regional e continental onde as relações com o

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Relações Internacionais pela UnB e doutorando em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP)

Pacto Andino e a atuação conjunta nas negociações da ALCA representam pontos relevantes, e as relações com a União Européia que, a despeito do impulso político conferido durante a Cúpula do Rio de Janeiro, não lograram ainda avanço efetivo em direção ao pretendido e inédito acordo de livre-comércio inter-regional. A terceira e não menos expressiva vertente constitui-se em torno do esforço de promover maior coordenação no plano político, onde se reafirmou a política de defesa como âmbito inicial de atuação.

A iniciativa de relançamento do Mercosul, impulsionada conjuntamente pelo recém-empossado governo argentino e pelo governo brasileiro, possui o mérito de reafirmar a vontade e o comprometimento político de ambos países com o propósito da integração em um momento particularmente difícil e de procurar inscrever o tema da coordenação macroeconômica de modo efetivo na agenda do bloco e dos respectivos países membros. Apesar disso, esta claro, para todos, que as condições domésticas ainda são desfavoráveis àquele propósito, tomando-se em conta as diferenças quanto ao regime cambial e os desequilíbrios fiscais com os quais se debatem Brasil e Argentina e o fato de não terem sido completamente assimilados, de um lado, os impactos decorrentes da desvalorização da moeda brasileira; de outro lado, a estagnação da economia Argentina. Ademais, apesar dos sinais de recuperação evidenciados nos últimos meses, em ambos os países, muitos setores produtivos encontram-se atualmente fragilizados. Também sinaliza a disposição de fortalecer o bloco na fase em

que as negociações da ALCA se encaminham para a definição dos termos do acordo pretendido, em que as divergências de interesses deverão ser tratadas objetivamente. Preservar e fortalecer o Mercosul, nesse sentido, significa melhores condições de salvaguardar e promover os interesses de seus integrantes naquele contexto negociador.

Visto desde essa perspectiva, o dito relançamento do Mercosul pode significar oportunidade de retirar o processo de integração do quadro de letargia em que mergulhou nos últimos anos, conduzindo-o a uma nova etapa em que possa prevalecer um revigorado impulso empreendedor sobre os problemas enfrentados no plano comercial. Contudo, não se deve desconsiderar o risco de desgaste político e de erosão ainda maior da credibilidade do Mercosul caso o anunciado relançamento termine afigurando-se apenas como gesto declaratório desprovido de conseqüências tangíveis para os governos e as sociedades cujos interesses movem o processo de integração ou como resposta efêmera a uma conjuntura desfavorável. O anunciado detalhamento das ações a serem conduzidas e sua incorporação em uma nova agenda de transição permitirá entrever qual das alternativas prevalecerá: a pirotecnia que encanta os olhos de todos no momento em que se produz mas que devanesce logo em seguida ou a sobriedade do empreendimento orientado para a consecução de metas e compromissos factíveis e respaldados política e socialmente em cada um dos quatro países que integram o Mercosul.

Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Além disso, o Boletim *Meridiano 47* conta com a colaboração permanente de um corpo de professores e estudantes de mestrado e doutorado dos Departamentos de Relações Internacionais e de História da Universidade de Brasília.

Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha Assunto "Contribuição para Meridiano 47".

América Latina inquieta: a questão paraguaia

Virgílio Caixeta Arraes *

Na madrugada do dia 19 de maio último (sexta-feira), um pequeno grupo de militares tentou derrubar o governo do Presidente Macchi, não logrando êxito. O Executivo paraguaio acusou o General Lino Oviedo, atualmente na reserva, que tentara já em 1996 derrubar o Presidente Wasmosy. Oviedo se defendeu afirmando que a tentativa foi uma armação incentivada pelo governo atual, que se fortaleceria politicamente nas eleições de agosto próximo. De qualquer modo, chamou a atenção o fato de poucos insurretos terem agido com tanto desembaraço na capital Assunção (chegaram a alvejar a sede do congresso). O próprio Ministro da Defesa, Nelson Argaña, parece que tinha informações sobre uma possível tentativa de sublevação. A demissão do Chefe de Polícia ainda não está bem esclarecida (por que a demissão se ele não teria apoiado o golpe?). Não há ainda clareza suficiente para explicações definitivas sobre o quase natimorto golpe.

Contudo, paira a percepção de que boa parte da América do Sul enfrenta graves turbulências em seu périplo democrático. Esgotado o ciclo militar ditatorial, há pouco mais de uma década, as jovens democracias não conseguem satisfazer os anseios sociais das populações e resolver os problemas econômicos mais graves, com exceção da inflação, praticamente eliminada.

Um rápido olhar demonstra que a crise se agrava em todo o continente e com ela há o crescimento das tentações ditatoriais e populistas por parte de alguns setores. O Paraguai não está sozinho. Na Colômbia, o país está esfacelado, com uma guerra civil sem fim próximo. Em função disso, o atual Presidente Pastrana propôs um referendo para dissolver o Congresso Nacional e assim poder executar “reformas” que dariam melhores condições de governabilidade. O Peru possui um governo populista,

o qual, com a renúncia de seu único opositor de peso, esta semana, na eleição presidencial, ganhará mais um mandato. A OEA expressou de modo formal sua desconfiança em relação à lisura do processo eleitoral.

Na Venezuela, há incertezas sobre o caminho que o grupo do Presidente Chavez tomará na condução política do país e comenta-se que as eleições gerais poderiam ser adiadas. O Equador está

promovendo mudanças radicais em sua economia – o processo de dolarização – como forma de conter a revolta popular, expressa de modo bem presente no início do ano. A Argentina vive um momento de incertezas econômicas, com temores de desvalorização de sua moeda. Quanto ao Chile, um velho fantasma da Guerra Fria ainda provoca calafrios no país: o caso Pinochet. Por fim, o próprio Brasil, que retoma instrumentos

jurídicos da antiga ditadura militar, a Lei de Segurança Nacional, para arguir delitos contra o patrimônio público. Além disso, está na pauta da agenda política o fim da reeleição e a retomada dos debates sobre a mudança de regime (parlamentarismo).

O Paraguai é o país mais pobre do MERCOSUL – pouco mais de mil dólares de renda per capita. É o país que possui, dentro do Mercado Comum, tradições democráticas menos viçosas. Nas últimas décadas, vivenciou poucos períodos democráticos satisfatórios, assemelhando-se a vários outros países latino-americanos. Teve uma das ditaduras mais duradouras da história contemporânea, a do General Alfredo Stroessner (1954-89), atualmente exilado no Brasil. Mesmo após o término desta ditadura, o país tem tido dificuldades para encontrar o prumo democrático.

É um país com fortes marcas rurais (seu motor econômico é a soja e o algodão), extraindo boa parte de suas exportações desse setor. Nem com o MERCOSUL a industrialização aconteceu. Destaca-se,

“Um rápido olhar demonstra que a crise se agrava em todo o continente e com ela há o crescimento das tentações ditatoriais e populistas por parte de alguns setores. O Paraguai não está sozinho.”

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Mestre em História das Relações Internacionais pela mesma universidade.

no entanto, pela peculiar vocação natural para o setor hidrelétrico cujo resultado maior foi uma parceria com o Brasil: Itaipu, que lhe permite perceber créditos pela exportação da energia. Em função de circunstâncias geográficas, seus parceiros naturais são o Brasil e a Argentina, os quais não tergiversaram em convidar o país para constituir o embrião do MERCOSUL – a assinatura do acordo, em março de 1991, realizou-se em Assunção.

Ante isso, pode-se afirmar que a importância do país cresceu consideravelmente no plano regional à medida que obteve mais responsabilidades externas. O MERCOSUL promoveu, de modo gradativo, a liberalização do comércio entre os parceiros, o estabelecimento de uma tarifa externa comum, além do compromisso de os países membros respeitarem os preceitos democráticos – a cláusula democrática, a qual desempenhou importante papel, ainda que, indiretamente, no fracasso do golpe militar tentado na semana passada.

A tentativa abortada de golpe militar demonstrou um amadurecimento dos países-membros no sentido de pressionar contra; por outro, mostra o quão longe o MERCOSUL está de constituir órgãos supranacionais, como a União Européia, à medida que turbulências ou rupturas internas ameaçam a normalidade democrática. Tal se vincula à questão da forte tradição presidencialista na região – o que gera a pouca separação entre as funções de Estado e as de Governo. Assim, o estabelecimento de órgãos supranacionais poderia ser visto e compreendido como uma renúncia à soberania.

Após o golpe, todos os países-membros do MERCOSUL foram unânimes em demonstrar apoio ao governo constitucional. O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que, se o golpe tivesse sido bem sucedido, o Paraguai seria expulso do MERCOSUL

e sofreria pesadas sanções. Isto em um momento em que, segundo pesquisa do Jornal ABC, o mais importante diário paraguaio, 61% da população está insatisfeita com a gestão atual e 66% querem mudanças no rumo dado pela atual gestão. Apenas o insignificante índice de 0,6% considera boa a situação do país com 40% da população vivendo em estado de indigência e cerca de 20% da população desempregada. A tentativa de golpe dificulta ainda mais o processo de captação de investimentos estrangeiros, inclusive de empresas brasileiras.

Não há dúvidas de que o fracasso do golpe fortalece politicamente o atual presidente à proporção que elimina a alternativa ovedista (detenção de uma centena de aliados e o fechamento de uma estação de rádio), mas as tensões sociais permanecem, em uma economia estagnada há anos. A situação política do Paraguai reveste-se de importância para o Brasil em função dos “brasiguaios” (cerca de 250 mil brasileiros que trabalham principalmente em atividades agrícolas e que são o 3.º contingente populacional vivendo fora do país) e da segurança da hidrelétrica de Itaipu. Além disso, o Brasil é o país para o qual o Paraguai mais exporta.

Atualmente, o Paraguai possui uma democracia tutelada em função das iniciativas tomadas pelos demais membros do MERCOSUL, os quais asseguram a continuidade das formas democráticas. Se não fosse assim, é possível que o país já estivesse sob jugo ditatorial, fardado ou não. A grande preocupação, ante a instabilidade que ronda novamente o continente, é o surgimento de “autoritarismos híbridos”, no dizer do Washington Office on Latin America (WOLA), ou de “regimes globalitários”, na visão do Le Monde Diplomatique, onde as instituições do modelo democrático são mantidas de modo formal, funcionando, desta forma, limitadamente.

Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet - Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o IBRI foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em www.adobe.com.br.

© 2000 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

African Renaissance e a Política Externa Sul-africana

Pio Penna Filho *

A política externa da “Nova África do Sul”, expressão comumente usada para designar a realidade sul-africana na era pós-apartheid, certamente possui várias características, mas é fortemente marcada, pelo menos no campo da retórica, pela idéia de “Africa Renaissance”, ou renascimento africano, uma marca registrada do governo Thabo Mbeki, o sucessor de Nelson Mandela na presidência da República. Mas, qual seria o significado dessa idéia e qual a sua real vinculação com a política externa da República da África do Sul no final do século XX?

O termo Africa Renaissance faz referência a um suposto renascimento africano, estabelecendo um paralelo direto com o que a historiografia registra como sendo o fim da idade das trevas na Europa, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, quando houve uma retomada mais vigorosa no desenvolvimento econômico e avanços em vários planos da vida material e espiritual, como na arte, cultura, ciência e tecnologia. Nesse sentido, seria realmente apropriado usar-se o termo “renascimento” para a realidade africana do final do século XX, quando o continente, no geral, apresenta um quadro desolador em praticamente todos os níveis?

Com efeito, não são poucos os problemas que a África enfrenta no final do século XX. As guerras civis parecem intermináveis; a estrutura econômica está quase que totalmente desvinculada dos processos produtivos mais avançados (na verdade, excetuando-se a África do Sul, o resto do continente, em termos econômicos e produtivos, parece ter parado no tempo); os investimentos externos na África quase que desapareceram, resultando que menos do que 2% do total dos investimentos externos diretos registrados em 1998 se dirigiram para a África Sub-Sahariana, sendo que desses, a maior parte concentra-se em poucos países (África do Sul, Gabão, Angola e Nigéria, os três últimos

“Quando Thabo Mbeki começou a divulgar a idéia do renascimento africano, estava implícito em sua proposição que havia chegado a hora da África e que havia vários sinais de que o quadro tão desolador estava sendo substituído.”

destacando-se por serem produtores de petróleo); boa parte dos países padece de um mal terrível: a corrupção generalizada; a maior parte dos cientistas e intelectuais africanos emigrou em direção ao norte, única opção para a continuidade do seu trabalho; a infância e juventude africana parece fadada ao insucesso, com as esperanças de futuro prematuramente comprometidas; a desigualdade entre gêneros atinge níveis alarmantes; doenças sob controle em outras partes do mundo reaparecem em África, geralmente

aproveitando-se da desnutrição e da ausência de campanhas de saúde pública, doenças mortais tornaram-se epidêmicas, como a Aids (estima-se que dois terços dos seres humanos infectados encontram-se no continente africano); parte expressiva das lideranças políticas africanas demonstram um apego sem limites ao poder, centrando sua preocupação em encontrar fórmulas que lhes permitam perpetuar-se à frente do Estado – uma entidade virtual em alguns países africanos –, que por sua vez é geralmente apreendido como meio para alavancar fortunas individuais e de pequenos grupos próximos ao dirigente. Assim, de fato, o contexto geral na África pode facilmente ser comparado às era das “trevas”, urgindo o renascimento.

Quando Thabo Mbeki começou a divulgar a idéia do renascimento africano, estava implícito em sua proposição que havia chegado a hora da África e que havia vários sinais de que o quadro tão desolador estava sendo substituído. Segundo o próprio Mbeki, a idéia do renascimento africano não era nova, mas desde que foi formulado pela primeira vez nunca se reuniram condições objetivas para a sua concretização. Na última década do século, no entanto, essas condições estariam presentes. As mais importantes, segundo o presidente sul-africano, seriam: a) a liquidação total do colonialismo, com o fim do regime do apartheid na África do Sul, b) a falência do modelo

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Mestre e doutorando em História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

neocolonial, c) o fim da guerra fria e, portanto, das ingerências externas no continente, pelo menos nos níveis em que existiram durante a maior parte da segunda metade do século XX, e d) a aceleração do processo de globalização, que abre novas perspectivas para a África.

Como consequência dessas transformações, haveria um claro indicativo para mudanças substanciais no continente como um todo e que alguns princípios deveriam ser consolidados para a concretização da renovação – e redenção – continental. Assim, a democracia é encarada, de maneira geral, como o pré-requisito fundamental. Mas a idéia do renascimento comporta também outros valores, que seriam complementares ao princípio democrático, como por exemplo, o resgate dos direitos humanos, a proteção ambiental e a consolidação de sociedades livres do preconceito racial e sexual e das diferenças étnicas. No plano interno, pois, os governos africanos deveriam dar especial atenção ao bem-estar do cidadão e deveriam agir sempre com responsabilidade social e boa governança, resgatando a cidadania e a função social do Estado.

No plano externo, Mbeki lançou um apelo à comunidade internacional, chamando a atenção para o fato de que o renascimento africano está vinculado com o resgate dos valores humanos mais profundos, haja vista o grave quadro de exclusão social a que os povos africanos estão sendo submetidos. Trata-se, pois, de um desafio lançado à comunidade internacional para auxiliar as novas lideranças africanas a encontrarem um rumo para o continente. Nesse sentido, o que Mbeki pede é que se proceda à revisão da dívida externa dos países do continente, que os países ricos voltem a investir na África e que eles elaborem políticas comerciais mais generosas, abrindo os seus mercados para os produtos procedentes do continente, e que também se retome

os projetos de assistência tendo em vista o desenvolvimento da África.

Há, no entanto, plena consciência por parte das lideranças sul-africanas e, no caso, por parte do presidente Thabo Mbeki, de que a comunidade internacional só se voltará para a África caso os africanos consigam, por eles mesmos, estabelecerem condições internas mínimas para o incremento dos investimentos e da ajuda internacional. Os países europeus, via de regra os maiores doadores de recursos para os países africanos, parece estarem chegando ao limite da tolerância com relação à sua contribuição e ajuda aos africanos. A corrupção, as guerras, a malversação do dinheiro público, tudo isso coloca sérios entraves para a manutenção dos esquemas de cooperação e doação que vinham sendo praticados.

Hoje, além das transformações na economia internacional, reestruturada sob o prisma do neoliberalismo e que demonstra requerer alto grau de especialização e conhecimentos técnicos, pode-se dizer que o maior entrave para o renascimento africano reside no plano interno dos países daquele continente. Apesar das expectativas surgidas no início da década de 1990 com o fim do apartheid e, posteriormente, com o que prometia ser uma onda de democratização no continente, com o fim da ditadura nigeriana, muito pouco se concretizou. Os limites das próprias iniciativas sul-africanas podem ser verificados nos últimos acontecimentos no Zimbabwe, país vizinho da África do Sul governado há vinte anos pelo regime de Robert Mugab, que vem sistematicamente desrespeitando princípios fundamentais da política de renascimento africano: a democracia, os direitos humanos e a ordem constitucional, fato que não mereceu uma palavra sequer de repreensão de um dos maiores entusiastas do renascimento africano – justamente do presidente Thabo Mbeki.

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, associação com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais contemporâneas e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos), e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Jennifer Cristino Raposo, Luiz Fernando Ligiéro

Poder e autoridade em tempos de globalização

Antonio Jorge Ramalho da Rocha *

Sobre o futuro da globalização muito já se disse. Do possível surgimento de um estado global ao estabelecimento de padrões de governabilidade global, em que atores sociais desempenhariam papel mais relevante; do fim do estado nacional a sua transformação em um “estado virtual”, responsável apenas por regulamentar setores específicos da economia, historicamente sob seus auspícios, de modo a atrair fluxos de capital e a garantir a segurança da propriedade estabelecida nos territórios sob sua jurisdição. Agora, fala-se da necessidade de competição entre instituições políticas no plano internacional como forma de fazer frente à competição entre agentes econômicos, cuja atuação já ocorre em âmbito global, na esperança de que o equilíbrio idealizado por Smith possa fazer-se presente não no mercado propriamente dito, mas no chamado “mercado político”. A idéia, não inteiramente desprovida de sentido, fundamenta-se num ideal pluralista de organização política. Em poucas palavras, supõe-se que, na medida em que se instale a desconcentração política da regulamentação das atividades econômicas (financeiras e comerciais), os atores sociais terão mais e melhores alternativas para veicular seus interesses, tornando real uma espécie de democracia representativa na esfera internacional. Como resultado, essa chamada a “institucionalização da irracionalidade dos mercados” tornaria possível maior representatividade dos excluídos do jogo da globalização, combatendo, com as armas da competição política, os aspectos negativos da competição econômica.

Embora bem intencionada, tal proposta não encontra fundamento na realidade nem resiste a uma análise mais rigorosa. Vamos aos argumentos. O primeiro, mais evidente, aponta para a necessidade

“Trata-se, pois, de uma solução que passa pelo campo moral; trata-se de consolidar uma noção de sociedade internacional, em paralelo à de diferentes sistemas internacionais, em que os papéis sociais se definam claramente.”

de se observar que as falhas inerentes aos mercados, a que usualmente os analistas se referem com o conceito de “irracionalidade dos mercados”, são apenas um dado da realidade com o qual devemos lidar fazendo uso da razão. Não existe propriamente uma irracionalidade, mas apenas uma não-razionalidade nos mercados. Imaginar que a resultante das interações de atores racionais produza um resultado harmônico sempre, ou na maioria das vezes, é tão ingênuo quanto

imaginar que tal interação produzirá resultados negativos com a mesma frequência. Ambas as atitudes são irresponsáveis e podem servir a justificar omissões que, no futuro, poderão implicar questionamentos de ordem moral bastante delicados. É preciso observar que, deixados a si próprios, os mercados produzirão resultados que podem não agradar às sociedades - e isso vale tanto para os mercados propriamente ditos como para os “mercados políticos”. Sua justaposição traria apenas resultantes de ordem diversa, provavelmente ainda mais complexas, mas ainda resultantes.

Uma atitude mais responsável seria identificar as estruturas de incentivos em que ora interagem diferentes agentes políticos e econômicos. Em seguida, caberia agir com vistas a concertar ações que engendrem uma estrutura regulatória conducente a produzir o maior número possível de virtudes públicas a partir dos vícios privados, na feliz definição, por Mandeville, do dilema fundamental de que se ocupam os cientistas políticos. Ou, na imagem de Maquiavel, cabe identificar os locais onde se pode construir diques, e a natureza dos diques apropriados, a fim de controlar a força das águas, exatamente por serem turbulentas. Não há mágica nisso. Não são apenas os processos naturais que fogem ao controle humano e a experiência recomenda aprender com os erros do passado, a fim

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ e doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

de evitar que se repitam no presente. Exemplo já clássico desse aprendizado, no plano econômico, foi a capacidade demonstrada pelas instituições de diferentes países de evitar que a crise da bolsa de 1987 produzisse efeitos semelhantes aos da crise de 1929. Na mesma linha, a intervenção no sistema internacional quando da quebra do fundo *Long Term Capital Management*, em meio às crises do sistema financeiro internacional nos últimos anos, constitui evidência de que hoje já é possível construir diques, embora imperfeitos, capazes de conter, parcialmente, a fúria das águas em que fluem capitais, investimentos, expectativas de arrecadação de impostos, de criação de empregos... Em suma, não apenas já se consegue controlar melhor os processos econômicos internacionais, mas já é consenso, entre leigos e especialistas, a necessidade de que os governos venham a fazê-lo, embora ainda não esteja claro de que maneira.

Isso nos leva, contudo, ao problema das falhas inerentes às instituições responsáveis por regular as atividades econômicas, políticas e sociais. Sim, porque da mesma forma que existem falhas nos mercados também existem falhas nos estados e nas organizações por eles constituídas. Nada garante que os responsáveis por tais instituições serão virtuosos o suficiente para produzir estruturas de incentivos eficazes do ponto de vista da produção dos melhores resultados possíveis para o conjunto dos atores envolvidos nesses processos, assim como nada garante que alguém representará os interesses dos excluídos. Mais que isso (e aqui vai um segundo argumento ressaltando a fragilidade da proposta de se institucionalizar a competição política como solução para “o futuro da globalização”) apenas os atores que percebem benefícios superiores aos custos da ação coletiva tenderão a organizar-se para participar dessas instituições globais. O argumento não é novo; Olson já demonstrou sua validade para os planos doméstico e internacional. Antes dele, os teóricos das elites, em especial Michels, discutiram, de forma sofisticada, a tendência de cristalização das posições relativas dos atores sociais, inerente à institucionalização de processos políticos. Cabe observar que a participação nesses processos implica custos, e a história na humanidade não nos autoriza a afirmar que a generosidade e o altruísmo caracterizam o comportamento da maioria das pessoas durante a maior parte do tempo. Nada faz supor que, por ocorrerem no plano internacional, tais processos não virão a produzir resultados semelhantes aos que observamos nos processos políticos domésticos.

Em resumo, a idéia de se institucionalizar a competição política, *per se*, baseia-se em uma visão limitada dos processos políticos, que coloca em evidência apenas os comportamentos interessados dos atores envolvidos. Sua implementação não garante, sequer aponta, a tendência de criação de estruturas que transformem o ambiente internacional em algo que permita maior inclusão dos atores sociais dispersos no globo, menos ainda a dos que estão nas margens do chamado processo de globalização. A solução não passa pela produção de competição política *tout-court*, mas pela reconstrução de processos e de análises políticas, de modo a neles incluir não apenas explicações do mundo como ele é, mas também indicações do mundo como ele deve ser. Trata-se de reconhecer que relações de poder e de autoridade constróem-se ao longo do tempo, e implicam o estabelecimento de responsabilidades mútuas. Conduzir o sistema econômico internacional a produzir resultados “racionalis” (leia-se, estabilidade, crescimento e distribuição de riqueza percebida como relativamente justa) com mais freqüência do que produz crises implica estabelecer sistemas regulatórios eficazes. Tais sistemas fazem com que a interação de indivíduos racionais resulte em processos previsíveis, razoavelmente aceitáveis por todos os participantes nesses simultâneos jogos de poder. Por sua vez, isso requer a legitimidade dos reguladores, como ficou evidente em Seattle.

Trata-se, pois, de uma solução que passa pelo campo moral; trata-se de consolidar uma noção de sociedade internacional, em paralelo à de diferentes sistemas internacionais, em que os papéis sociais se definam claramente; uma sociedade, embora incipiente, respaldada por uma noção de justiça aceita pelos indivíduos que a constituem. Uma sociedade que certamente se estabelecerá por meio dos estados nacionais, atualmente responsáveis por negociar tal sistema de regras. Afinal, apenas com tais parâmetros será possível avaliar eficiência das autoridades, nacionais ou internacionais, ao regular as relações econômicas internacionais. Não por acaso, o velho mestre florentino, famoso por sua análise dos processos políticos fundamentais e por sugerir ao Príncipe a melhor maneira de agir para alcançar seus objetivos políticos, dedicou ainda maior atenção à análise das instituições políticas, tais como as de Roma. Sua tese era a de que apenas boas instituições seriam capazes de perpetuar a virtude por ventura criada pela interação dos homens em sociedade. Uma tese ainda a ser vivenciada no plano internacional.

Brasil, Economia Aberta?

Carlos Roberto Pio da Costa Filho *

Já se tornou praticamente um consenso, no debate político nacional, descrever como “neoliberais” as políticas seguidas nos últimos dez anos pelos diferentes governos que comandaram o Brasil. A política de abertura da economia – ou “liberalização comercial” –, juntamente com a de privatização, constitui uma das principais referências usadas para justificar esta caracterização. A pergunta que proponho desenvolver neste artigo, expressa em seu título, visa colocar em cheque as visões apressadas do processo de abertura comercial seguido pelo país, assim como discutir sucintamente a validade das interpretações que consideram a economia brasileira uma economia aberta.

Abertura abrupta e sem critérios? A maior parte dos críticos da abertura comercial brasileira não desenvolveu estudos aprofundados para sustentar suas afirmações de que tal processo se fez com muita rapidez, sem critérios, sem consultas ao setor privado e desprezando a “baixa competitividade” das empresas brasileiras.

Ao contrário do que dizem os críticos, no entanto, cabe lembrar que:

(i) o processo de abertura foi iniciado em 1986 (e não em 1991), quando a então Comissão de Política Aduaneira, do Ministério da Fazenda, começou a elaborar a primeira reforma tarifária – finalmente lançada em maio de 1988 (Decreto-Lei 2434/88);

(ii) tanto no caso da reforma tarifária de 1988, quanto no da definição do cronograma de abertura (1990-93), os representantes do Ministério da Fazenda discutiram os critérios da liberalização – por exemplo, que seria preferível: liberalizar gradualmente; manter tarifas diferenciadas entre os setores; iniciar a abertura pelos setores de bens de capital e intermediários, para só em seguida liberalizar os bens finais; entre outros –, assim como o ritmo de reduções tarifárias com cada um dos setores econômicos. Por fim,

(iii) o efeito da abertura comercial sobre as empresas estabelecidas no país foi indiscutivelmente positivo, tanto em razão de ter “forçado” um aumento de sua eficiência, medido pelos ganhos de produtividade registrados desde 1991, quanto por ter provocado um processo de “desconcentração industrial”, isto é, por ter promovido o deslocamento das empresas do centro-sul

“No ranking dos mercados emergentes, somos mais abertos apenas que a Malásia, a Ucrânia, o Equador, a Índia, a Arábia Saudita, a China, e o Uzbequistão.”

sobretudo para as regiões sul e nordeste.

Assim, cabe ressaltar que, em razão da abertura comercial, nenhum setor econômico desapareceu. Todos tiveram que cortar custos e modernizar suas plantas produtivas; muitos tiveram que realocar seus negócios, mas ninguém foi banido da economia. O país inteiro lucrou com a quebra do protecionismo indiscriminado, ainda mais porque a liberalização foi central para a derrubada da

inflação e para atrair empresas estrangeiras mais dinâmicas.

Brasil, economia aberta? Expostas as razões que me levam a questionar as interpretações apressadas do processo de abertura comercial brasileira, das décadas de 1980 e 1990, passo agora a meu segundo propósito neste artigo. É válido afirmar que a liberalização comercial transformou a economia brasileira de uma das mais fechadas do mundo, nos anos 1960-80, numa economia aberta, segundo padrões internacionais? A resposta é negativa.

Recentemente, a revista *The Economist*, publicou um índice para medir o grau de abertura dos principais mercados emergentes – chamado “Emerging Market Access Index”. Este índice, elaborado pela Tuck School of Business, da Dartmouth University, é apenas uma referência, mas serve bem aos propósitos de nossa discussão. Pois bem, dos 38 países listados pelo semanário londrino, o Brasil ficou na trigésima primeira posição(!), muito atrás do Chile (segundo do ranking), do Peru (quinto), da Venezuela (nono), do México (décimo-quinto), da Argentina (décimo-oitavo), e da Colômbia (décimo-nono), para ficar apenas com nossos vizinhos continentais. No ranking dos mercados emergentes, somos mais abertos apenas que a Malásia, a Ucrânia, o Equador, a Índia, a Arábia Saudita, a China, e o Uzbequistão.

Não pretendo argumentar, aqui, que seria ideal que o Brasil estivesse no topo do ranking, ao lado de Singapura, Chile e Hong-Kong. Afinal, a complexidade e a dimensão de nossa economia representam obstáculos naturais a que mantenhamos uma estrutura de proteção muito liberal. O que se trata, na verdade, é apenas desmistificar a visão, corrente no país, de que a nossa é uma economia aberta e desprovida de proteção em relação aos produtos estrangeiros.

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Mestre e doutorando em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ.

Ásia-Pacífico – Dinâmica Própria e Fortalecimento da Cidadania

Paulo Antônio Pereira Pinto *

Na Ásia-Pacífico, de acordo com a maioria das análises disponíveis, estariam em curso processos que, com base em suposto consenso regional – mas, na prática, gerados em centros situados fora da área – viriam a permitir a edificação de estruturas políticas e econômicas, moldadas segundo parâmetros ocidentais e que chegariam tanto a assegurar o crescimento sustentado da área, quanto a mantê-la vinculada a normas de livre mercado e democracia liberal. Nota-se, no entanto, que há também uma dinâmica muito mais rica, que, a partir de uma acelerada integração econômica, faz surgir agenda de preocupações próprias que busca solucionar questões de segurança, transformações sociais, culturais e políticas.

Nessa perspectiva, para melhor relação de empatia com os desenvolvimentos desta área, seria necessário procurar conhecer melhor as tendências e paradigmas que estão amadurecendo, na medida em que estas sociedades encaram o desafio de criar, em nível regional, um marco de referência que permita reverter o fenômeno avassalador da globalização, que reorganiza o sistema político e econômico mundial, aprofundando a internacionalização da produção, impondo uma cultura uniforme com traços ocidentais e determinando as formas de inserção das distintas regiões do planeta.

Novas modalidades de paz estão sendo criadas, por exemplo, em oposição às estruturas de confrontação existentes durante o período de bipolaridade mundial. Surgem, assim, articulações complexas, a incluir atores regionais e externos, conexões entre economias, setores financeiros e sistemas de valores. O conceito de segurança regional, que ora se discute, leva em conta noção de ameaças mais abrangentes, que inclui não apenas a agressão militar, mas também limitações impostas nos setores econômico, científico-tecnológico, político e cultural. Nota-se, também, tendência à multilateralização, como

foro de coordenação dos fatores de segurança regional, a exemplo do debate anual estabelecido, a partir da criação do “ASEAN Regional Forum”.

Verifica-se, ademais, que o interesse acadêmico quanto à evolução dos regimes políticos na Ásia-Pacífico intensificou-se, desde o término da guerra fria. Recentemente, novas perguntas têm sido formuladas, entre estas, a que diz respeito à possibilidade de o fenômeno universal da falência do autoritarismo vir a produzir o mesmo tipo de padrões democráticos, nos

termos aceitos pelo Ocidente, no continente asiático, onde experiências históricas, muitas vezes milenares, provocaram a emergência de formações sociais organizadas de formas bastante originais. Na mesma perspectiva, coloca-se o debate quanto ao desenvolvimento do sistema capitalista e das práticas de economia de mercado em países, até recentemente, de acelerado crescimento, onde personalidades fortes ou partidos políticos com longa permanência no poder, levaram

o Estado a desempenhar papel preponderante no funcionamento das forças de mercado.

Quando se analisa a integração econômica da área, cabe questionar, da mesma forma, se este processo em curso acontecerá, inevitavelmente, através da réplica aqui das normas de economia de mercado e de *governança* nos moldes anglo-saxões, decorrentes da expansão do “*production sharing*”, da livre circulação dos atores econômicos globais e da mundialização de valores de organização política vigentes no Ocidente. A alternativa a ser examinada seria a possibilidade de vir a prevalecer o somatório de interesses compartilhados por diferentes “redes” asiáticas - formada cada uma por chineses, indianos, malaaios, japoneses e outros - que, após a consolidação desse processo de “convergência de civilizações”, gradativamente, negociariam uma agenda comum com os norte-americanos e, em seguida, com outras partes do mundo.

“A maioria das informações disponíveis sobre a Ásia-Pacífico, no entanto, reitera-se, são com frequência acompanhadas por incertezas quanto ao futuro da área, relacionadas principalmente com o papel nela a ser desempenhado pelos chineses.”

* Diplomata. As opiniões veiculadas nesse artigo não refletem o ponto de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Nesse contexto, cumpre ressaltar o papel de força motora desempenhado pelos chineses de ultramar, espalhados pela Ásia-Pacífico. Graças a estes atores econômicos, criaram-se marcos de referência, incluindo valores, idéias, crenças, consolidadas através de uma história compartilhada, numa geografia determinada. Laços foram estabelecidos, assim, a partir do fato de falarem o mesmo dialeto, pertencerem à mesma família ou serem originários de um único povoado, província ou região. A relação de confiança, que tais condições conferem a transações comerciais e financeiras nesta parte do mundo, supera a capacidade de coerção ditada por muitos diplomas legais no Ocidente.

Ocorre, assim, a emergência de uma área econômica de interesses recíprocos e de mega proporções, que exercerá influência determinante no ritmo de integração e cooperação de uma “Grande China” que, segundo alguns, poderá, futuramente, incluir não apenas Hong Kong, Macau e Taiwan, mas, também, os “*overseas Chinese*”, situados em países vizinhos.

A maioria das informações disponíveis sobre a Ásia-Pacífico, no entanto, reitera-se, são com frequência acompanhadas por incertezas quanto ao futuro da área, relacionadas principalmente com o papel nela a ser desempenhado pelos chineses. Assim, identificam-se ameaças à estabilidade interna e de fragmentação, daquele país, na medida em que novas forças políticas emergentes poderiam contestar o poder centralizador do Partido Comunista.. Há referências freqüentes, também, à ameaça de expansionismo da RPC para o equilíbrio regional. Paralelamente, são formuladas expectativas excessivamente otimistas relativas à possibilidade de que a China venha a ser, a curto prazo,

o próximo poder econômico mundial, bem como a potência militar capaz de rivalizar com os Estados Unidos da América.

Ressente-se, contudo, da escassez de estudos prospectivos, que levem em conta uma visão da integração de fatores culturais, políticos, econômicos e de segurança, que viesse a constituir um projeto da Ásia-Pacífico para o milênio. Tratar-se-ia, em suma, de buscar, por um lado, identificar a dinâmica regional que se desenrola, sem que seja imposta por estruturas de poder geradas no Ocidente ou por agenda de preocupações externas, mas, sim, ditada por valores internos.

Por outro, cabe observar a questão central da participação do cidadão desta parte do mundo, no esforço diário de perceber a sociedade a que pertence como uma parte da proteção de suas aspirações e interesses individuais e coletivos. Isto é, para a obtenção do progresso desta área, será necessário o estabelecimento de moldura estável, que leve em conta articulações entre grupos étnicos com passado histórico, obrigações morais e deveres comuns.

Nessa perspectiva, em colunas seguintes, procurar-se-á analisar, através do acompanhamento cotidiano que o posto de observação em Taipé proporciona., desenvolvimentos como o ressurgimento da influência político-cultural chinesa, como fator de estabilidade no Sudeste Asiático. Da mesma forma, serão acompanhados temas como os da questão de Taiwan e assuntos do Timor Leste, por exemplo, na medida em que, nesses territórios, legitima-se algo parecido com o que seria possível chamar de sociedade civil, com o fortalecimento de uma noção de cidadania.

**Meridiano 47****Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais****INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS****ISSN 1518-1219****Editor: Antonio Jorge R. da Rocha**
Editor-adjunto: Antônio Carlos Lessa**Redação: editoria@relnet.com.br****Conselho Editorial:****Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto,**
José Flávio S. Saraiva, Luiz Fernando Ligiéro**Diagramação e Editoração Eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – 9956-1028**

*Assine a
Revista Brasileira de Política
Internacional – RBPI*

Assinatura Anual (2 Edições)

Pessoa Física: R\$ 40,00

Pessoa Jurídica: R\$ 60,00

Exterior: US\$ 30,00

Envie o cupom de assinatura e a forma de pagamento escolhida
(cheque ou cópia de depósito bancário) para:

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI

Caixa Postal 4400

70919-970 – Brasília – DF – Brasil

Telefax: (55 61) 307 1655

E-mail: ibri@unb.br

Cupom de Assinatura:

Nome: _____

Instituição: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Tel.: () _____ Fax.: () _____

País: _____ E-mail: _____

Período de assinatura: () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos

() Envio junto com este cupom cheque cruzado e nominal ao IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais no valor da(s) assinatura(s);

() Envio junto com este cupom depósito bancário no valor da(s) assinatura(s) em favor do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, efetuado na conta 437552-1, agência 3603-X, Banco do Brasil.